



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 709/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1999/2007 – 21 volumes.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas – DETRAN/AM.

4- Exercício: 2006.

5- Responsável: Sra. Mônica Antony de Queiroz Melo, Diretora Presidente do DETRAN/AM e Djalma Dutra Filho - Ordenador de Despesa.

6- Unidade Técnica: DICA/AM – Informação nº. 119/2014 (fls. 4015/4016).

7-Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3058/2014-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fl. 4017)

8- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas. Exercício 2006.
Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas-
DETRAN/AM.

*Contas Regulares com Ressalvas. Multa solidária.
Prazo. Recomendação à origem.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade, rejeitar a proposta de voto do Exmo. Sr. Auditor-Relator, em favor do voto-vista exarado pelo Exmo. Sr. Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, em divergência com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal**, no sentido de:

9.1- Julgar REGULAR COM RESSALVAS as contas do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas – DETRAN/AM, referentes ao exercício de 2006, sob responsabilidade da Sra. Mônica Antony de Queiroz Melo, Diretora-Presidente, e do Sr. Djalma Dutra Filho, Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 1.º, II, c/c os arts. 19, II, e 22, II, da Lei n.º 2.423/96;

9.2- Multar, solidariamente, o Sr. **Djalma Dutra Filho**, Ordenador de Despesas, e a Sra. **Mônica Antony de Queiroz Melo**, Diretora-Presidente, no valor de **R\$ 4.384,12** (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), referente à 10% do valor previsto no art. 54, §2º, da Lei nº. 2.423/96, c/c o art. 1º, da Resolução TCE/AM n.º 25/2012, conforme estabelece o art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96, pelas impropriedades constantes dos itens 30.3, 30.23, 30.36, 30.37, 30.38 e 30.41 do Relatório/Voto;



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 709/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. Djalma Dutra Filho e a Sra. Mônica Antony de Queiroz Melo recolham o valor da multa aplicada aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei n.º 2423/96), ficando a DICREX autorizada, caso expirado esse prazo sem o devido pagamento, a tomar as providências para iniciar a sua execução administrativa, adotando as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n.º 4/2002-TCE/AM;

9.4- Recomendar à origem, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que:

9.4.1- Planeje a atividade de compras, de modo a evitar o fracionamento na aquisição de produtos de igual natureza e possibilitando a utilização da correta modalidade de licitação, nos termos do art. 15, § 7º, II, da Lei nº 8.666/1993;

9.4.2- Realize o planejamento prévio dos gastos anuais, de modo a evitar o fracionamento de despesas de mesma natureza, observando que o valor limite para as modalidades licitatórias e cumulativo ao longo do exercício financeiro, a fim de não extrapolar os limites estabelecidos nos artigos 23, § 2º, e 24, inciso II, da Lei nº 8.666/1993;

9.4.3- Não atrase o envio das informações ao sistema ACP, bem como o seu adequado preenchimento, nos termos da Resolução 07/02-TCE, c/c Resolução 10/2012-TCE/AM;

9.4.4- Nas licitações e contratos observe todas as regras estipuladas pela Lei 8.666/93, tais como as relacionadas ao: orçamento analítico (art. 6º, IX, “f” c/c art. 7º, § 2º, II da lei 8666/93), projetos arquitetônicos (art. 6º, IX, “e” c/c art. 40, § 2º, I da lei 8666/93), diário de obra ou documento equivalente (art. 67, § 1º da Lei 8666/93), laudo de vistoria (art. 67, § 1º da Lei 8666/93), projeto básico aprovado pela autoridade competente (art. 6º, IX c/c art. 7º, § 2º, I, II, III, IV da Lei 8666/93), entre outras;

9.4.5- Em caso de emergência que só sejam adquiridos objetos necessários ao atendimento dessa situação, nos termos do inciso IV do art. 24 da Lei 8.666/93;

9.4.6- Realize procedimento licitatório, nos termos do art. 2º da Lei 8.666/93;

9.4.7- Utilize a modalidade licitatória conforme o caso, a fim de não violar o §5º do art. 23 da Lei 8.666/93;

9.4.8- Cumpra com rigor a Lei 8.666/93 em especial: a) Formalização do procedimento de licitação, dispensa e/ou inexigibilidade; b) Formalização dos Contratos firmados; c) Conste nos autos o Decreto de nomeação da Comissão de Licitação; d) Que faça constar nas notas de empenho no mínimo: d1) número do processo e modalidade de licitação; d2) elemento de despesa, sub elemento, classificação econômica, fonte, saldo do empenho; d3) nome empresarial do credor e a CNPJ do credor; d4) campo específico do valor unitário e quantidade; d5) número do empenho sequencial e crescente; e) Que os



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

ACÓRDÃO Nº 709/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

processos de pagamentos sejam numerados sequencialmente e estejam acompanhado das respectivas nota fiscais, ordem bancárias, nota de liquidação da despesa, certidões negativas do credor etc;

9.4.9- observe as regras relacionadas à Lei 4320/64, em especial as regras que tratam do patrimônio (capítulo III), com controle eficaz, principalmente, dos carros dessa Autarquia;

9.4.10- Observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea “e” do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento Interno/TCE-AM.

10- Ata: 34ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 09 de setembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente, em exercício), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

12.1- Declaração de Impedimento: Conselheiro Convocado Mário José de Moraes Costa Filho (art. 65 do Regimento Interno).

12.2- Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente e Redator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral